

## AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DOS ANOS 90 NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA CATARINENSE\*

---

*Aloysio Marthins de Araújo Junior\*\**

### **Introdução**

No processo histórico de desenvolvimento do capitalismo é possível verificar que nos países industrializados desenvolvidos a participação do Estado foi primordial para a maturação de seus respectivos parques produtivos. Ainda hoje, nestes países, os governos têm mantido políticas que aproximam Estado e iniciativa privada, definindo setores que necessitem de proteção para aumentar sua competitividade interna e externa.

A crise recessiva da economia mundial traz reflexos negativos à economia brasileira e esta tem buscado alternativas para um novo ciclo de investimentos e de maior inserção no comércio mundial. Isto tem sido feito com os novos parceiros comerciais do Mercosul, a futura Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a possibilidade de maior intercâmbio com a União Européia, uma maior aproximação com a China e a Índia etc.

Nesse sentido, a redefinição do papel do Estado brasileiro toma maior importância. É possível ao país retomar seu desenvolvimento econômico, desde que proceda a um amplo planejamento e definição de setores que mereçam receber um certo grau de proteção.

Ao iniciar o processo de abertura comercial e de flexibilização econômica, os governos federais que se sucederam nos anos 90, deixaram o país com uma economia mais vulnerável aos acontecimentos externos. Ao praticar uma política econômica de caráter neoliberal, o país perdeu a capacidade de gerenciar as melhores estratégias para o seu processo de desenvolvimento econômico e social.

---

\* Artigo desenvolvido para a palestra proferida no dia 14 de abril de 2005 no Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas/Univali.

\*\* Doutor em Geografia Humana/ Universidade de São Paulo. Docente dos Cursos de Relações Internacionais, Administração com Habilitação em Comércio Exterior e Geografia/ Univali e Administração de Serviços Públicos/ UDESC.

Assim, os grandes grupos econômicos internacionais, atraídos por subsídios federais (e estaduais), viram uma excelente oportunidade de acumulação de capitais. Além disso, as privatizações que ocorreram em toda a década de 90, delegaram aos agentes do mercado as decisões de investimentos. Sendo assim, setores que eram considerados estratégicos ao país (energia elétrica, ferrovias, telecomunicações e outros) foram entregues à iniciativa privada. É importante salientar que nem sempre os interesses do grande capital privado são os mesmos da sociedade. Aliado a estes fatores, para controlar a inflação neste período, a política cambial valorizada e o aumento das importações fizeram com que o país aumentasse significativamente suas dívidas interna e externa.

Claro que as políticas econômicas postas em prática em âmbito federal acabam por se refletir nos Estados da Federação que têm que buscar alternativas viáveis para seu processo de desenvolvimento econômico e social. E é isso que a economia catarinense tem feito nos últimos anos, marcando posição de destaque na economia nacional e direcionando parte de sua produção às exportações.

A partir da década de 90, toda a estrutura econômica e social brasileira foi alterada. Assim, a questão a ser debatida é: **em que medida a globalização dos mercados pode ser vantajosa ou desvantajosa para o Brasil?** É possível aumentar a participação do país no comércio mundial sem estabelecer algum grau de protecionismo às empresas nacionais? Como conciliar a expansão produtiva nacional com os acordos comerciais, via blocos econômicos? Quais os reflexos sobre a economia catarinense a partir de tais políticas econômicas?

Para responder a tais questões e visando contribuir para o debate no contexto de um dos maiores problemas da economia brasileira atual que é sua vulnerabilidade externa e suas imensas desigualdades regionais e sociais, este artigo está dividido em quatro eixos: 1 A internacionalização da economia brasileira no período recente; 2 Região, crescimento econômico, polarização e concentração produtiva; 3 Os desníveis de desenvolvimento regional em Santa Catarina; 4 Os desafios da integração econômica e a inserção da economia catarinense.

Nesse sentido, o pesquisador não pode se abster em procurar alternativas que possam levar a um grau superior de desenvolvimento econômico e social no meio no qual está inserido.

## **1 A internacionalização da economia brasileira no período recente**

Considerando a análise do papel do Estado na economia, pode-se recuperar a obra de List (1986), que estudou a situação da Alemanha no século XIX e propôs uma série de medidas visando o desenvolvimento econômico daquele país. Dessa forma, Nascimento (2001, p. 24) traduz bem o pensamento de List para os países em desenvolvimento, como o Brasil:

Assim, a Alemanha, juntamente com outros países europeus e os EUA, praticamente, constituir-se-ia no centro desenvolvido de um mundo dividido entre países industrializados e países agrícolas, fornecedores de alimentos e matérias-primas para os primeiros. Estas são idéias que, tomadas em sentido contrário, também podem ser de utilidade para os países periféricos, na defesa de sua liberdade e de seus interesses, assim como na promoção do seu desenvolvimento.

Estudando a política imperialista inglesa no século XIX, List conclui que este país tinha por política fomentar e dar proteção ao desenvolvimento das forças produtivas e incentivar as exportações; oferecer determinadas concessões a outras nações, somente quando obtivesse em troca vantagens para os produtos manufaturados ingleses; incentivar guerras e alianças visando a salvaguarda de seus interesses econômicos; não explicitar sua verdadeira política imperialista, para que outras nações não procedessem da mesma maneira que a Inglaterra atuava.

Uma das contribuições mais importantes do trabalho de List é o fato que ele destaca o uso do aparelho do Estado e do intervencionismo para os países que buscam o desenvolvimento econômico e social. Para isso, ele criticava a teoria clássica desenvolvida por Adam Smith e o liberalismo, pois mostrava a incapacidade individual (empresarial) em realizar as soluções dos problemas que se colocavam à época.

Entretanto, atualmente, é possível identificar que a política neoliberal é bastante aceita pelos países periféricos, onde é colocada em prática quase sem contestações. Todavia, esta não se verifica da mesma maneira nos países do centro capitalista. Guardadas as devidas proporções históricas, e transferindo-se a problemática para os dias atuais, vê-se que, sob vários aspectos, a proposição listiana é bastante válida.

Nesse sentido, as teorias ligadas ao desenvolvimento econômico, a teoria da dependência e a teoria marxista podem ser apropriadas pelo país, sem, contudo, considerá-las exclusivas e como um modelo sem adaptações às necessidades e especificidades nacionais.

A obra de List tem o mérito de discutir o crescimento e desenvolvimento de uma nação livre, visando em longo prazo estratégias para atingir tais objetivos. A chamada globalização insere-se num contexto de imposição dos países industrializados àqueles em processo de industrialização mantendo a dominação sobre extensas regiões produtoras de produtos básicos e receptoras de investimentos, que deverão ser pagos com juros e outras formas de subserviência das classes dirigentes.

List traz uma proposta que resgata o sentimento de nação, tão esquecido nos dias atuais. Este sentimento foi duramente questionado no início dos anos 90, quando se colocava que o Estado nacional-desenvolvimentista não tinha mais condições de alavancar o progresso e o desenvolvimento econômico.

Todavia, durante esta década, os resultados econômicos obtidos foram piores que a chamada "década perdida" dos anos 80. Nos anos 90, a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi inferior à média dos anos 80. O ritmo médio de expansão reduziu-se de 3% em 1980-89 para 1,4% entre 1990-99. E a taxa de desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas, medida pelo IBGE, aumentou de 4,8% em média no período 1983-89 para 5,4% no período 1990-98 (BATISTA JÚNIOR, 2001).

A política econômica implementada na década de 90 a partir das teorias que pregavam a modernização e o afastamento do Estado das atividades produtivas, colocaram o país em grave situação econômica e social, considerando qualquer índice de desenvolvimento. Esta situação tendeu a piorar após a abertura comercial iniciada no princípio desta década e intensificada a partir de 1994-95. Com o argumento da falta de capacidade para investimentos, pela ineficiência das empresas estatais e para atrair investimentos externos, o governo federal (seguido por vários Estados), colocou em marcha um amplo programa de privatizações (Programa Nacional de Desestatização). A desestatização serviu para o governo atrair capitais externos e garantir os pagamentos da balança comercial. Entretanto, tal estratégia não foi propícia à economia e indústria nacionais, pois com as taxas de juros internas elevadas (que ainda se mantém no período atual), o país atraiu capitais especulativos e não capitais produtivos. Outro fator a se considerar é que os grupos estrangeiros que passaram a ser os novos donos das empresas privatizadas não realizaram compras junto aos produtores nacionais. As empresas estrangeiras buscaram fornecedores em seus países de origem e, com isso, muitas empresas locais diminuíram sua

produção<sup>1</sup>, acarretando demissões e diminuição dos investimentos em tecnologia, deixando o país ainda mais distante dos principais países industrializados.

Em relação aos investimentos externos diretos, o governo federal e os governos estaduais agiram no sentido de dar incentivos (inclusive com renúncia fiscal), empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com juros subsidiados, investimentos em infra-estrutura e outros benefícios, visando atrair estas empresas.

Desde 1995, o principal problema para o crescimento é a tendência ao desequilíbrio externo, produzido pela sobrevalorização cambial e por políticas imprudentes de abertura comercial e da conta de capitais do balanço de pagamentos.

Cabe ressaltar que a desvalorização da moeda em 1998 e a utilização de um regime cambial de flutuação, mesmo realizadas de maneira atabalhoada, transformaram a perspectiva macroeconômica, tornando os produtos de exportação mais competitivos. Nesse sentido, a desvalorização cambial gera não apenas diminuição do desequilíbrio externo, mas também ampliação do nível de atividade, porque incentiva os setores exportadores e os que concorrem com importações de bens e serviços. Por outro lado, também se deve reduzir os juros internos, já que estes estão elevados. Como consequência, juros altos contraem o consumo e os empréstimos produtivos.

Em médio e longo prazo, a retomada do crescimento e do investimento vai depender, em grande parte, de políticas que visem o desenvolvimento equilibrado, por meio dos recursos internos existentes. Nesse sentido, para retomar o crescimento, faz-se necessário incentivar a utilização da estrutura industrial já montada e, além disso, melhorar a distribuição de renda, o que elevaria as possibilidades de consumo interno.

Existe ainda grande capacidade ociosa na indústria, que se ampliou ainda mais com o afastamento do Estado brasileiro das atividades produtivas (por meio das estatais) em virtude das encomendas do setor público terem praticamente cessado<sup>2</sup>. Há, portanto, grande potencial de crescimento, principalmente em setores carentes de investimentos, como o setor de infra-estrutura.

Entretanto, é necessário que o Estado incentive programas voltados à Pesquisa & Desenvolvimento, à qualificação da mão-de-obra e que se privilegie o mercado interno, como

---

<sup>1</sup> É o caso, por exemplo, da indústria de materiais elétricos e de comunicações (ARAÚJO JUNIOR, 2003).

<sup>2</sup> É preciso ressaltar, porém, que várias empresas, principalmente do setor de bens de consumo, foram forçadas pela conjuntura a buscar mercados fora do país, dado o encolhimento do mercado interno.

fazem os países industrializados. Ao não contemplar o consumo interno, o país deixa de dinamizar internamente a economia, buscando recursos nas exportações, como forma de gerar divisas, apenas ancorado em produtos agropecuários e em produtos industrializados com baixo valor agregado. É preciso, portanto, que se faça uso dos recursos disponíveis internamente e se planeje de forma eficiente quais setores deverão receber incentivos para poder competir no mesmo nível que as empresas multinacionais aqui instaladas ou que disputam o mercado mundial.

Autores que defendem a chamada globalização afirmam que a função dos Estados nacionais acabou, que as fronteiras não mais existem e que as ações produtivas foram transferidas aos agentes do mercado. Este atuaria com poder de determinar os rumos de todas as operações econômicas e financeiras dos países, por meio das empresas multinacionais que não mais teriam obrigações ou raízes com seus países de origem.

Todavia, afirma Gorender (1995, p. 96-7):

Dotado que seja de relativa autonomia decisória, o Estado nacional é sempre o garante de determinada organização econômica e sócio-política. Tomada em conjunto, sua atuação defende e mantém o ordenamento institucional necessário a determinada dominação de classe. (...) Sem o poder legitimador e coercitivo do Estado, não haveria sequer como explicar a própria existência do capital financeiro. Do ponto de vista estritamente econômico, o Estado conserva sua força, mesmo após as mudanças liberais dos últimos tempos.

Ainda de acordo com este autor, não se pode afirmar que os Estados nacionais deixaram de exercer seu poder e papel centralizador na tomada de decisões em políticas de desenvolvimento. E, muitas vezes, eles o fazem em conjunto com as próprias empresas ou setores preestabelecidos entre os agentes econômicos.

Guimarães (1999) argumenta que, mesmo que alguns analistas insistam em fazer crer que o papel dos Estados é cada vez menor no cenário internacional e que vem sendo substituído por empresas multinacionais, e que estas eliminariam as fronteiras, legislações e políticas nacionais, é ainda o Estado que mantém o controle sobre sua soberania, legislação, sanção e defesa de seus interesses nacionais, inclusive suas empresas quando estas têm que se deparar com legislações estrangeiras.

Tais funções estatais são radicalmente distintas das funções das "empresas", que são produzir e distribuir bens de forma privada, a partir do mercado. A emergência de agências supranacionais, estruturas de natureza estatal, não

extingue nem modifica a necessidade daquelas funções do Estado nem invalida o raciocínio acima (GUIMARÃES, 1999, p. 28).

Para Hirst; Thompson (1998, p. 18): (...) "as tendências à internacionalização podem ser acomodadas dentro de uma visão modificada do sistema econômico mundial que ainda atribui um papel importante às políticas e atores no nível nacional".

Corroborando tais afirmativas, relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em fevereiro de 2004 (Folha de S. Paulo, p. B1, 25 fev. 2004), aponta as imensas desigualdades entre países ricos e pobres depois do advento da chamada globalização. Tal estudo indica que entre 1985 e 2000, o PIB em 16 países em desenvolvimento cresceu mais de 3%, em 32 países cresceu menos de 2% e em 23 países houve retração. Além disso, o grupo dos países mais ricos do mundo, que representa 14% da população mundial, domina metade do comércio mundial. No começo dos anos 60, a renda *per capita* das nações mais pobres equivalia a US\$ 212, enquanto nos países mais ricos era de US\$ 11,417; em 2002, tais índices indicavam respectivamente, US\$ 267 e US\$ 32,339.

Pode-se considerar que as empresas multinacionais, a partir de suas matrizes, são as que decidem para onde devem dirigir seus investimentos, introduzir inovações tecnológicas, lançar novos produtos, definir as estratégias de marketing e expansão para outros países etc. As filiais remetem às suas matrizes somas consideráveis de lucros, que significam um substancial acréscimo negativo nos balanços de pagamentos de cada país. Entretanto, para implementar sua decisão de investimentos e facilitar sua inserção em outros países, as empresas multinacionais, via de regra, solicitam ajuda aos seus respectivos governos para garantir sua permanência e competitividade nos países onde mantém ou queiram instalar subsidiárias. Nos acordos internacionais de comércio são os Estados nacionais que se fazem presentes.

No Brasil, a participação do Estado como fomentador para o desenvolvimento econômico sempre foi de grande atuação e importância, notadamente entre as décadas de 30 até 70. Entretanto, a partir de meados dos anos 80 e intensificado no início dos 90, esta função tem sido transferida à iniciativa privada. As premissas para esta nova direção são as políticas neoliberais, que são o corolário da globalização, implementadas a partir do referido período.

Cabe ressaltar que a maior participação de empresas multinacionais no país pode acarretar, entre outros fatores, grande desequilíbrio na balança de pagamentos, transferência de recursos, concorrência e vulnerabilidade externa (GONÇALVES *et al.*, 1998). Em concorrência

perfeita, isto é, lucros normais, mobilidade de fatores de produção e tecnologia disponível no mercado internacional, entre outros fatores, a internacionalização da produção não é incentivada. Todavia, o mercado é caracterizado por suas imperfeições (monopólios, oligopólios). Dessa forma, as empresas estrangeiras precisam ter vantagens adicionais e específicas em relação às suas concorrentes, gerando superlucros que compensariam os custos pela instalação de filiais. As empresas que atuam no mercado internacional possuem tais vantagens, além de capitais para investimentos, recursos tecnológicos, organização industrial, estratégias de marketing etc. Sendo assim, a internacionalização da produção é o resultado das imperfeições de mercado. No caso do Brasil, que tem como característica uma economia monopolizada, tais imperfeições acentuam ainda mais este processo.

Como meio de articular a economia nacional no contexto de maior internacionalização do capital, o Brasil tem praticado uma política externa visando a maior integração entre os países do Cone Sul. Atualmente os investimentos estão direcionados para a modernização dos meios de transporte e comunicação, marcadamente para facilitar a circulação de mercadorias e pessoas.

Nesse sentido, um dos problemas para as empresas industriais em particular, é na definição do local para investir em novas plantas produtivas.

As escolhas econômicas de uma indústria com relação à ampliação de sua planta ou à construção de novas plantas estão relacionadas não apenas ao preço do produto, à qualidade e à decisão sobre emprego de fatores, mas também à localização a partir da qual conduzirá suas operações (KON, 1994, p. 157).

Dessa forma, a localização das firmas também passa pela ação estatal conjugada com os interesses privados.

É fato, portanto, que isto trouxe conseqüências não só econômicas, mas de organização do próprio espaço para a articulação das atividades produtivas. Como exemplo, pode-se salientar as regiões que eram grandes produtoras de café e, mesmo com a decadência desta atividade, mantiveram sua infra-estrutura.

A partir dos anos 70, o governo federal, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), visava uma maior integração nacional e buscava diminuir a concentração industrial na Capital paulista e municípios vizinhos. O que se pretendia era uma homogeneização industrial entre as regiões do país. Como parte destes planos, foram criadas a Zona Franca de Manaus (AM), a Rodovia Transamazônica (MA-PA-AM), o pólo petroquímico de Camaçari (BA) etc.



A criação destes pólos de desenvolvimento em regiões fora do estado de São Paulo não fez diminuir a competitividade e dinamicidade da indústria paulista. Apesar das crises recessivas dos últimos anos, esta indústria continuou investindo em novos produtos e processos de produção<sup>3</sup>. Estas características vêm se mantendo até os dias atuais e a indústria paulista é uma das mais modernas e eficientes do país. É preciso salientar, porém, que esta competitividade é baseada em empresas multinacionais sediadas em seu território.

Segundo Santos (1994), o espaço territorial é distribuído de acordo com as necessidades e forma de organização produtiva dadas por seu caráter histórico, econômico e social, aliados pela oferta de recursos naturais de acordo com cada modo de produção. Depois da Constituição de 1988, que deu maior autonomia aos municípios, estes passaram a desenvolver uma ação mais agressiva para conquistar novas empresas em suas localidades. As estratégias mais utilizadas pelos municípios recaem sobre a oferta de terras, de infra-estrutura, de renúncia fiscal etc. Isto, porém, pode trazer problemas futuros, como menores receitas com impostos, problemas ambientais, corrupção por parte das autoridades etc.

Saliente-se que mesmo adotando as teses da globalização, o País não conseguiu criar meios de ter uma participação mais expressiva no comércio mundial. O que vem ocorrendo na prática, é que a globalização é muito mais vantajosa para os países que têm estruturas econômicas, financeiras e políticas mais fortes. Em termos gerais, a influência dos países ricos sobre os países pobres é bastante acentuada e ainda mantém-se, mesmo admitindo-se a globalização como fato estabelecido. Assim, as políticas internas de desenvolvimento ficam condicionadas aos interesses dos primeiros sobre os segundos países.

Assim, o Brasil, ao adotar as políticas neoliberais após o início dos anos 90, transformou sua economia em apêndice do capital financeiro internacional e das empresas multinacionais (o que já vinha fazendo desde os anos 60-70). Entretanto, o problema é o afastamento do Estado brasileiro da função de fomentador de políticas de desenvolvimento, deixando às regras do "mercado", isto é, que se auto-organizem. Isto é uma temeridade, pois ao não definir os setores

---

<sup>3</sup> Pode-se conceber que não há paradoxo nesta situação, pois mesmo em períodos de recessão ou de baixa atividade econômica, as grandes empresas continuam a crescer. Este fenômeno está associado com o fato de que tais empresas têm maior capacidade de investir em novas técnicas de produção, mantendo assim, sua participação no mercado em que atua.

estratégicos e não praticar políticas de apoio ao capital nacional<sup>4</sup>, deixará aos interesses de outros países, colocando em risco a própria soberania nacional.

Está-se, portanto, diante da pressão de países imperialistas, sob uma forma mais "moderna" de dominação, aperfeiçoada com as inovações tecnológicas atuais, que permitem a tomada de decisões em tempo real.

## **2 Região, crescimento econômico, polarização e concentração produtiva**

O processo de industrialização nacional inicia-se ao final do século XIX, quando é possível observar um grande número de empresas que passam a atuar em setores mais simples, isto é, bens de consumo não duráveis, como têxteis e alimentos, além de outros produtos.

Por questões históricas e que fogem ao objetivo deste artigo, entende-se que tal processo de industrialização inicia-se a partir da Capital paulista, contando com uma infra-estrutura montada a partir da atividade cafeeira.

Ao mesmo tempo em que as indústrias paulistas avançavam em seu crescimento regional (e mais tarde, no mercado nacional), as regiões com menor grau de desenvolvimento econômico se distanciavam ainda mais das primeiras (como o Nordeste e o Rio de Janeiro).

O processo de desenvolvimento industrial paulista que se iniciou a partir do ramo têxtil (o principal, seguido pelo alimentício), criou condições para a diversificação no setor mecânico e indústrias como cimento e siderurgia. Isto se explica pela necessidade de manutenção de máquinas e a conseqüente criação de oficinas mecânicas. As próprias necessidades criaram as condições de se iniciar a fabricação de peças simples e de reposição (de acordo com a tecnologia disponível). Note-se que não era ainda propriamente uma indústria de base, concentrando-se em usinagem, forjarias, fundições etc. Todavia, com o passar do tempo, tais empresas seriam capazes de fabricar artefatos mais complexos.

Portanto, a partir de um setor mais dinâmico, outras empresas são formadas para o fornecimento de peças, concertos etc., criando um processo de crescimento e diversificação industrial. O processo de crescimento e concentração industrial em São Paulo passou por dois momentos: inicialmente, por "concentração por estimulação", durante a 1ª Grande Guerra, quando a indústria paulista passou a produzir para sustentar a demanda interna do país, dada a

---

<sup>4</sup> Não se quer dizer, porém, que isto seja uma garantia para o desenvolvimento soberano.

redução da capacidade de importações. O segundo seria a "concentração por necessidade", levada a efeito nos anos 20, pela necessidade da indústria paulista ampliar sua necessidade por mais mercados e prosseguir o processo de acumulação de capital (RAUD, 1999). No primeiro momento, a indústria paulista deu um salto quantitativo, enquanto no segundo, qualitativo, diversificando a produção industrial.

Assim, durante a Primeira Guerra Mundial, a indústria nacional e, especialmente, a indústria paulista, já era capaz de poder substituir determinados produtos importados. Isso se deu também na crise do café dos anos 30 e durante a Segunda Grande Guerra.

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-61), foi implementado o Plano de Metas, que dava ênfase aos problemas setoriais. A partir deste Plano, houve grande expansão da economia nacional e abertura ao capital estrangeiro para a instalação de indústrias no país. Os setores que se instalaram foram os de bens de consumo duráveis, como o automobilístico. Tais empresas concentraram-se principalmente no estado de São Paulo e especificamente nas proximidades da Capital (Grande São Paulo).

Desde os anos 60 o processo de integração nacional vinha se desenrolando. Foi, porém, a partir dos anos 70, que ganhou maior impulso. Nesse sentido, o esforço do governo federal dirigiu-se a dar incentivos fiscais (principalmente para as regiões Norte e Nordeste), abertura de estradas, criação de pólos industriais etc. que atraíram capitais para estas regiões<sup>5</sup>. Nesse período, o governo priorizou os setores de bens intermediários e de capital. Em 1973, 49% dos projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial foram para estes setores. Já em 1978, passaram a 92% (RAUD, 1999, p. 192).

Dessa forma, os anos 70 foram marcados por uma forte desconcentração industrial, partindo de São Paulo e se espalhando por outros centros. Como processo dessa desconcentração<sup>6</sup> foram criados pólos petroquímicos, siderúrgicos, de papel e celulose e outros não menos importantes. Pode-se sintetizar tal processo através da tabela 1:

---

<sup>5</sup> Neste período, o governo brasileiro aplicava o conceito de pólos de desenvolvimento. A partir de 1995, novos estudos levaram ao conceito de **Eixo de Desenvolvimento Integrado**. Segundo Costa (s.d., p. 10) (. . .) "o conjunto de programas e projetos prioritários do governo, conhecido como *Brasil em Ação*, passou a expressar claramente essa nova abordagem, isto é, eles em geral almejam projetar os seus efeitos enquanto vetores capazes de deflagrar mudanças que impactarão a logística territorial como um todo".

<sup>6</sup> Utilizar-se-á o conceito definido por Cano (1991, *apud* RAUD, 1999, p. 198): "[...] o processo de descentralização, que corresponde à constituição de um processo de industrialização endógena nas zonas até então periféricas, e o processo de desconcentração, que se traduz pela implantação de filiais em regiões menos desenvolvidas, a fim de dispor de vantagens fiscais e financeiras".

**Tabela 1**  
**Distribuição espacial do Valor da Transformação Industrial da Indústria de Transformação do Brasil,**  
**Estados e regiões selecionadas: 1970-89**

(valores em porcentagem)

| <b>Estados e Regiões Selecionadas</b> | <b>1970</b> | <b>1975</b> | <b>1980</b> | <b>1989</b> |
|---------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil                                | 100,0       | 100,0       | 100,0       | 100,0       |
| Região Nordeste                       | 5,7         | 6,6         | 8,1         | 8,4         |
| Minas Gerais                          | 6,5         | 6,3         | 7,7         | 8,4         |
| Rio de Janeiro                        | 15,5        | 13,5        | 10,6        | 10,7        |
| São Paulo                             | 58,2        | 55,9        | 54,4        | 50,4        |
| Região Sul                            | 12,0        | 14,8        | 15,8        | 16,7        |
| Demais regiões                        | 2,1         | 2,9         | 4,5         | 5,4         |

Fonte: Negri (1992, p. 186).

A tabela acima evidencia a decrescente participação da indústria paulista no total do Brasil, porém não decrescendo as taxas de crescimento. É necessário salientar ainda que a indústria paulista passou a realizar um rápido processo de modernização e variedade, devido às necessidades de exportação e conseqüente aumento da competitividade internacional.

Conforme indica Negri (1992, p. 23):

A despeito dessa descentralização industrial em São Paulo e dos fortes investimentos feitos no resto do país, há que se lembrar que a indústria paulista era, e continua sendo, o centro dinâmico industrial do país, funcionando como um verdadeiro eixo no qual teriam que se engendrar os compartimentos industriais regionalizados. Portanto, a política de desconcentração industrial não poderia resultar num declínio ou estagnação da matriz industrial de São Paulo.

Entretanto, a política de criar pólos de desenvolvimento regional não teve o resultado esperado, pois tais pólos foram criados com a noção de que apenas a existência deles pudesse gerar o desenvolvimento regional. Nesse sentido, a criação de pólos de crescimento, não levou em consideração as articulações intra-setoriais e regionais, para que se obtivesse sucesso.

Ultrapassada a crise dos anos 80, quando praticamente toda a economia brasileira entrou em forte crise recessiva, a indústria paulista manteve a infra-estrutura montada anteriormente. Isto permitiu que pudesse solucionar, mesmo que parcialmente, a situação daquele período.

A tabela 2 indica que entre 1990 a 1995, ainda permanecia a tendência de desconcentração industrial no estado de São Paulo. Pode-se associar este fato aos elevados custos do capital e de saturação da infra-estrutura viária, pelo elevado custo territorial, por leis ambientais mais severas etc. Mesmo assim, é possível verificar que São Paulo ainda concentrava quase a metade da distribuição espacial da indústria de transformação.

Tabela 2

Distribuição espacial da Indústria de Transformação - Regiões e Estados selecionados: 1980-1995

| Regiões e Estados      | (valores em porcentagem) |              |              |              |
|------------------------|--------------------------|--------------|--------------|--------------|
|                        | 1980                     | 1985         | 1990 (1)     | 1995 (1)     |
| <b>Total</b>           | <b>100,0</b>             | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |
| Nordeste (menos Bahia) | 4,4                      | 4,8          | 4,3          | 4,3          |
| Bahia                  | 3,1                      | 3,8          | 4,0          | 3,7          |
| Minas Gerais           | 7,8                      | 8,3          | 8,1          | 8,8          |
| Rio de Janeiro         | 10,2                     | 9,5          | 9,8          | 8,8          |
| São Paulo              | 54,4                     | 51,9         | 49,2         | 49,9         |
| Paraná                 | 4,1                      | 4,9          | 5,7          | 5,9          |
| Santa Catarina         | 3,9                      | 3,9          | 4,2          | 4,3          |
| Rio Grande do Sul      | 7,9                      | 7,9          | 7,7          | 8,7          |
| Outros Estados         | 4,2                      | 5,1          | 7,0          | 5,6          |

(1) Os percentuais foram estimados com base na distribuição regional do VTI de 1985 e nos índices de crescimento da PIM/PF.

Fonte: Pacheco (1996, p. 76). Dados básicos: Fundação IBGE. Censos Industriais – 1980 e 1985; Índices da Produção Física da PIM/PF. In: Araújo (1999, p. 41).

A partir dos anos 70, em termos nacionais, as políticas públicas neste período visavam reduzir o grau de concentração industrial nas principais cidades brasileiras. Para isso, foi colocado como principal fomentador de atração de empresas os incentivos dados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, a construção de grandes pólos industriais com ênfase na produção de matérias-primas e aparelhamento dos portos. Além disso, o sistema BNDES, deu maior autonomia a seus agentes regionais, na tentativa de descentralizar as decisões. As políticas urbanas deram ênfase na criação de distritos industriais, como um meio de atrair empresas para diversos municípios; também houve a redefinição de nove áreas metropolitanas para a realização de planos e execução de programas urbanos; além disso, houve programas de cidades médias, tentando reequilibrar os problemas regionais da rede urbana.

As tarifas públicas também tiveram uma política voltada a uniformização dos preços dos produtos siderúrgicos, dos derivados de petróleo e energia elétrica, que tencionava igualar os custos dos insumos necessários ao desenvolvimento das áreas periféricas. Contudo, tais políticas e programas públicos não obtiveram os resultados positivos, como se almejava. Os problemas se concentraram na complexidade da execução destes objetivos, pois os distritos industriais foram elaborados sem considerar o contexto econômico regional e transformaram-se em zonas industriais com relativa sofisticação de infra-estrutura, mas com baixo aproveitamento econômico. Em outros termos, não houve a esperada desconcentração industrial.

Apesar dos esforços para reduzir o alto grau de concentração industrial nos 60 e 70, ainda na década de 80, a indústria paulista estava grandemente concentrada na cidade de São Paulo e

sua Região Metropolitana. Nesse sentido, devido a diversos fatores de ordem infra-estrutural desta região (terrenos com valor elevado, forte atuação sindical, problemas viários etc.) houve uma intensificação dos movimentos de descentralização e desconcentração industriais em direção ao interior e a outros Estados.

Portanto, as questões sobre a reestruturação econômica-industrial e espacial assumem outros contornos. Atualmente deve-se considerar as transformações que atravessa a economia mundial no tocante à introdução de novas formas de produção, tecnologia e deslocalizações, principalmente entre empresas dos países centrais e que acarretam mudanças na economia brasileira.

Com a abertura comercial brasileira iniciada a partir dos anos 90, a indústria nacional como um todo teve que se readaptar a situação vigente. Dessa forma, as empresas tiveram que mudar seus focos de atuação, pensar em novas estratégias para a competição que se tornara mais acirrada. Surgia a necessidade de integrar todas as áreas de produção, onde as empresas teriam que se comunicar e inter-relacionar com empresas do mesmo setor. Enfim, as parcerias entre empresas, maior desverticalização da produção, entre outras medidas, acabaram por interferir em toda a cadeia produtiva. A partir desta década as novas estratégias empresariais buscaram movimentar-se em um processo de reestruturação organizacional e industrial.

As transformações econômicas também exigiram outras necessidades para os investimentos. As empresas multinacionais já instaladas ou que quisessem se instalar não buscavam somente mão-de-obra barata e fartos recursos naturais. As exigências se ampliaram pela busca da qualidade em produtos e serviços. Dessa forma, outras necessidades impõem-se para as empresas, diferentemente do que apregoavam as teorias sobre localização industrial.

Assim, pode-se considerar que estas novas necessidades empresariais desafiam as teorias que explicam as motivações locais. Pode-se argumentar que a chamada "Teoria Clássica da Localização", desenvolvida nos anos 20 por Alfred Weber, considerava a economia num contexto de mercado livre (concorrência perfeita), sendo que nos últimos anos, outros autores têm direcionado suas preocupações para as questões do desenvolvimento regional.

De modo geral, a teoria clássica da localização considera como aspectos essenciais para a localização de uma unidade produtiva: a) as fontes e localizações de matérias-primas são amplamente conhecidas; b) o mercado consumidor exerce forte influência devido ao seu tamanho

e potencial de consumo; e c) a mão-de-obra é ilimitada, tendo uma dada taxa salarial (AZZONI, 1982; KON, 1994).

Entretanto, cabe salientar que muitas críticas são feitas a esta teoria, pois esta considera a economia estática, desconsidera os fatores dinâmicos da economia capitalista; o grau de monopolização e o progresso técnico de uma empresa ou setor produtivo; além do aspecto da concentração espacial industrial que leva a desigualdades regionais de renda, entre outras conseqüências (AZZONI, 1982).

Independente de qual corrente teórica se discuta, os fatos mostram uma realidade bastante difícil para as empresas industriais brasileiras.

Entre o final da década de 80 e início dos anos 90, a economia nacional enfrentou forte estagnação e as políticas governamentais voltaram-se para o combate à inflação. Devido à crise e problemas como falta de crédito e retração da demanda, muitas empresas deixaram de investir em novos processos de produção ou lançamentos de novos produtos<sup>7</sup>.

Somente os setores industriais mais modernos puderam se proteger através de estratégias que contemplassem a ampliação da capacidade ociosa planejada e da manutenção de preços (CAIADO, 1996). A partir de meados dos anos 90, a economia voltou a crescer em segmentos que antes estavam em sérias dificuldades. Isso pode explicar a interrupção da descentralização industrial verificada entre os anos 70 até meados da década de 80.

A partir de 1985 retoma-se o movimento de desconcentração das atividades industriais no interior do estado de São Paulo. Todavia, como demonstra o estudo da Fundação Seade (1990, p. 37), o processo que se desenvolvia poderia ser considerado como uma "desconcentração concentrada", isto é, as empresas se dirigiam ao interior buscando áreas já consolidadas ou em vias de consolidação, ou seja, zonas que pudessem oferecer boa infra-estrutura.

Com a competição entre as empresas acirrada e uma violenta crise financeira dos Estados da Federação, muitos deles criaram incentivos para a atração de empresas. Todavia, o estado de São Paulo é o que ainda mantém as melhores oportunidades para investimentos devido à sua boa infra-estrutura. Inclusive, nos últimos anos, esta se tem ampliado por iniciativa dos governos federal e estadual que têm investido em redes de transporte rodoviário (duplicação e concessão à

---

<sup>7</sup> Nesse período, a economia em recessão não oferecia grandes estímulos para investimentos produtivos. Decorre que as empresas iniciaram os anos 90 sem poupança interna, defasadas tecnologicamente e sem oportunidades de investimentos. Isto levou muitas empresas a endividarem-se, serem vendidas (muitas delas para o capital estrangeiro) e outras até falirem.

iniciativa privada das principais rodovias) e hidroviário (como a ligação Tietê-Paraná, que ligará o Brasil aos países do Mercosul).

A fase atual da economia brasileira e mundial, o modelo fordista de produção em grande escala cede lugar à produção focada na proximidade do consumidor, na qualificação do trabalhador e na qualidade de seus produtos. Nesse sentido, a produção pode estar localizada em novas regiões industriais; todavia, os centros de decisão ainda permanecem na cidade de São Paulo e áreas adjacentes. "Assiste-se, portanto, mais à extensão do pólo paulista do que a uma verdadeira descentralização industrial caracterizada pelo surgimento de pólos independentes" (AZZONI, 1990, *apud* RAUD, 1999, p. 201).

Os Estados brasileiros estão passando por uma grave crise financeira, o que vem acarretando forte recrudescimento nos investimentos. Na busca de uma recuperação econômica, vários governos estaduais estão criando políticas que incentivem a atração e instalação de empresas em seus respectivos territórios, principalmente se utilizando de instrumentos fiscais (isenções). Isto tem fomentado a chamada "guerra fiscal" que mais tem prejudicado os Estados (redução da arrecadação) do que incentivado um processo de desenvolvimento sustentado.

### 3 Os desníveis de desenvolvimento regional em Santa Catarina<sup>8</sup>

É sabido que vários países têm praticado políticas de desenvolvimento tecnológico visando uma maior capacidade e competitividade empresarial. Dentre os Estados brasileiros, Santa Catarina destaca-se em vários setores econômicos, seja em termos de produção voltada ao mercado interno regional e nacional, seja orientada para a exportação.

O crescimento das principais empresas catarinenses também vem direcionando para um processo de expansão internacional. Empresas líderes, como nos segmentos das agroindústrias, metal-mecânicas, cerâmicas, entre outras, conformadas em clusters assumem posições de destaque no cenário nacional e muitas delas atuam como referência nos respectivos setores de atuação. Desta forma, ações de internacionalização se tornam necessárias no processo de competitividade que se instalou no Brasil após a abertura da economia a partir do início da

---

<sup>8</sup> Por razões que fogem ao objetivo deste artigo, não será aprofundado o debate acerca da formação econômica e social de Santa Catarina. Mais detalhes podem ser verificados em diversos autores, tais como: MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, n.3, v. 27, p. 389-481, jul.-set. 1965; MAMIGONIAN, A. Indústria. In: GAPLAN. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis, 1986. 173 p.; GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.



década de 1990. Esse aspecto se torna importante ao se observar que um número significativo de empresas que não partiu para estratégias de internacionalização teve seus ativos adquiridos por empresas internacionais.

Além disso, cabe ressaltar que a formação sócio-econômica do estado de Santa Catarina permitiu a criação de várias empresas de pequeno e médio porte. Estas, além de outros atributos, geram grande número de empregos e várias delas destacam-se no setor em que atuam. Saliente-se também os esforços do governo estadual e da iniciativa privada em criar um ambiente mais competitivo para as empresas poderem ter uma atuação empresarial mais destacada. Nesse sentido, a formação de uma rede de apoio tecnológico surge num momento de profundas mudanças na economia brasileira e internacional.

Cidades como Florianópolis e Joinville têm mantido em funcionamento vários projetos, destacando-se as chamadas "incubadoras tecnológicas". Estas têm incentivado a utilização de novas tecnologias por parte das empresas, destas e de outras regiões do Estado, tendo sido reconhecidas de grande utilidade para as empresas que utilizam tais serviços. Entretanto, cabe ressaltar que as iniciativas ainda têm uma abrangência limitada.

É possível verificar a composição produtiva da economia catarinense a partir do quadro 1.

| <b>Composição do PIB</b><br>(2001)  |                     |                  |                 |
|-------------------------------------|---------------------|------------------|-----------------|
| <b>Participação no PIB nacional</b> | <b>Agropecuária</b> | <b>Indústria</b> | <b>Serviços</b> |
| 3,9%<br>(7º lugar)                  | 13,8%               | 48,6%            | 37,6%           |

Fonte: Adaptado de Fatos e Números (2004).

**Quadro 1: Santa Catarina: indicadores econômicos**

Santa Catarina teve uma formação econômica e social bastante peculiar em relação a outras macroregiões brasileiras, dada a intensa relação comunitária advinda da colonização européia. Sua formação sócio-econômica está "(...) inserida numa base latifundiária, a pequena produção mercantil do sul do Brasil, é a gênese da distinta dinâmica econômica, que será alcançada, frente ao norte brasileiro pastoril, extrativo e agro-exportador" (VIEIRA; PEREIRA, 1997, p. 456-7).

Dessa maneira, a estrutura criada a partir da pequena propriedade e a diversificação da economia catarinense levou a determinadas especializações em seu território ao longo de sua

formação econômica e social. Assim, tomando-se a divisão econômica elaborada pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2002) e Raud (1999), tem-se:

- **Complexo Agro-industrial** (alimentos e bebidas). Localizado no oeste catarinense, compreende as cidades de Chapecó, Concórdia e Videira, além de várias empresas espalhadas pela região.
- **Complexo Madeireiro** (mobiliário, papel e celulose, madeira). Situa-se no Planalto e abrange as cidades de Lages, no Sul, até Canoinhas, no Norte, além dos municípios de Curitiba, Caçador e Campos Novos. Este setor abrange ainda o setor de móveis, destacando-se as cidades de São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra e Jaraguá do Sul.
- **Complexo Mineral** ou **Pólo Cerâmico** (indústria extrativa mineral e de produtos minerais não metálicos). Criciúma concentra a maior parte da produção deste setor, além das cidades de Tubarão e Urussanga, que tem tido relativa participação.
- **Complexo Têxtil** (inclusive vestuário, calçados e artefatos de tecido). Blumenau, Brusque e com menor participação os municípios de Jaraguá do Sul e Joinville são as cidades que têm a maior produção, situando-se no Vale do Itajaí.
- **Complexo Eletro-metal-mecânico**. Concentra-se no Nordeste do estado, tendo como principais cidades Joinville e Jaraguá do Sul.
- **Complexo Tecnológico**. Situado no litoral e proximidades, tem as cidades de Blumenau e Florianópolis como principais centros irradiadores de novas tecnologias ligadas à produção industrial, além de manterem importantes projetos voltados às incubadoras tecnológicas.

Entre outras, uma das características destes pólos ou complexos industriais é sua alta verticalização da produção. Isto pode ser atribuído pelo processo histórico, durante o qual muitas vezes a sobrevivência da empresa dependia da independência em relação às importações. Todavia, é importante apontar para a grande especialização de microempresas, mesmo considerando tal verticalização. A especialização pode transferir a empresas terceiras parte do processo produtivo e alguns serviços especializados, fazendo com que a grande empresa foque apenas em seu principal negócio. Isto se verifica com maior frequência em momentos de maior demanda, principalmente em setores produtores de bens de consumo. Como corolário desse processo de terceirização, isto se tem verificado numa maior concentração territorial de pequenas e médias empresas, notadamente nos Complexos Moveleiro e Têxtil.

Os dados da tabela 3 demonstram as informações descritas acima, considerando as empresas exportadoras.

**Tabela 3**  
**Número de empresas exportadoras de Santa Catarina, por Meso-região - 2001**

| <b>Meso-região</b>   | <b>Número de empresas</b> |
|----------------------|---------------------------|
| Grande Florianópolis | 43                        |
| Norte                | 261                       |
| Oeste                | 140                       |
| Serrana              | 79                        |
| Sul                  | 119                       |
| Vale do Itajaí       | 305                       |
| Total                | 947                       |

Fonte: Santa Catarina em Dados (2002, p. 60).

Apesar de se notabilizar por uma dinâmica capitalista mais avançada em algumas porções do território catarinense, isto não tem feito com que se diminuam as desigualdades regionais e sociais. Isto pode ser verificado a partir do aumento da concentração espacial da indústria, notadamente nas regiões do Vale do Itajaí e do litoral de São Francisco do Sul, regiões mais industrializadas do Estado. Conjuntamente a tal processo de intensa industrialização, observa-se também um significativo aumento da urbanização, quase sempre desorganizada, isto é, com pouco (ou nenhum) planejamento urbano.

Houve, a partir da década de 70, a expansão para as denominadas cidades médias, devido a alguns fatores, tais como: falta de espaço nas cidades maiores (Joinville, Blumenau, Itajaí); elevação no preço dos terrenos; maior procura por mão-de-obra qualificada (porém não-formal, isto é, com conhecimento empírico), barata e com baixo grau de organização trabalhista. Dessa forma, as cidades menores têm um crescimento desorganizado, enquanto as cidades maiores se utilizam de um intenso êxodo rural, com a instalação de diversas empresas industriais, aproveitando-se dos fatores acima descritos.

Nos anos 80, há a consolidação dos grandes grupos econômicos e industriais, excluindo as pequenas empresas do processo de modernização produtiva. Verifica-se também um intenso processo de desconcentração territorial dos grupos catarinenses para outros Estados brasileiros, atraídos por potenciais mercados consumidores, oferta de matérias-primas e em menor grau, isenções fiscais. Vários desses grupos passaram a ter atuação fora do território catarinense, situando-se como grandes grupos nacionais.

A constatação das desigualdades regionais se tornou um problema freqüente para as classes dirigentes catarinenses, tanto públicas como privadas. Nesse sentido, esforços têm sido

feitos para reduzir tais desequilíbrios e aumentar a integração entre as regiões produtivas no Estado, buscando criar um modelo de desenvolvimento regional, evitando a formação de grandes ajuntamentos.

Concomitante à concentração espacial e econômica industrial, verifica-se ainda uma forte concentração espacial e produtiva da população, acelerando um processo de urbanização, por conta de uma malha urbana desorganizada e carente de infra-estruturas básicas. Além disso, há que se considerar uma elevada concentração de renda e empobrecimento de grandes parcelas da população, tanto àquelas ligadas ao meio urbano quanto ao setor rural.

Sendo assim, há a necessidade de um planejamento que dê sustentabilidade regional articulada com o restante do país e o mundo.

#### **4 Os desafios da integração econômica e a inserção da economia catarinense**

A literatura atual tem discutido com bastante frequência sobre a formação de vários blocos econômicos, notadamente o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União Européia (UE) o Nafta (*North American Free Trade Agreement*), além de ensaios sobre a possível formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A integração econômica pode ser conceituada como a criação de um mercado sem restrições ao comércio e ao movimento de fatores de produção coordenada por instituições que propiciem a integração de áreas geográficas vizinhas ou não. Esta idéia de integração não é um tema novo, mas somente nas últimas décadas é que tem tomado maior relevância (GONÇALVES *et al.*, 1998).

Esse processo de integração fora desencadeado pela necessidade de fortalecimento dos Estados nacionais, que buscavam atingir estas metas. Atualmente existem múltiplos exemplos de acordos visando a integração econômica, porém, vários deles ainda estão em formação, como o Mercosul.

A necessidade de cooperação econômica e militar entre regiões ou Estados nacionais é bastante antiga. Historicamente, podem ser citados como exemplos desse processo a Liga Hanseática (século XIII), o *Zollverein* (Estados Prussianos, 1834), a Comunidade Econômica Européia (1957).

A partir do final da Segunda Guerra Mundial a política externa norte-americana começou a incentivar a criação de áreas de cooperação econômica e militar, com o intuito de aumentar sua influência geopolítica. Europa ocidental e Japão tendo suas economias destruídas pelo conflito, tornaram os Estados Unidos a única potência capaz de alavancar um processo de reconstrução mundial. A formação de um bloco socialista liderado pela União Soviética, fez com que o mundo se dividisse em dois grandes blocos, que se caracterizaria pela bipolaridade.

A América Latina, por diferentes motivos, não foi beneficiada com os imensos volumes de capitais que foram direcionados a Europa ocidental e ao Japão por parte dos Estados Unidos. Entretanto, ao findar este "mundo bipolar" nos anos 80, os Estados Unidos voltaram-se para o continente americano visando extrair maiores vantagens para suas empresas e tentando minimizar a influência da União Européia que se consolidou como um bloco econômico e político respeitável. Dessa forma, a América Latina, ao final desta década, passaria por ajustes econômicos, políticos (redemocratização) e sociais, visando a maior integração entre seus pares e o aprofundamento de seus laços de amizade e cooperação.

No início dos anos 50, o capitalismo internacional teve grande crescimento, inclusive integrando áreas periféricas aos países centrais, com a implantação de empresas multinacionais. A implementação de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, fez com que o sistema capitalista internacional (liderado pelos países industrializados) buscasse atingir não apenas os mercados locais ou regionais, mas também o mercado mundial.

Em 1948 foi estabelecido o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Como eram acordos, isto dava margem a muitas distorções no comércio mundial. Em 1994 (Rodada Uruguai), o GATT se transformaria na Organização Mundial do Comércio (OMC), fato que lhe dava maiores poderes para impor, regulamentar e arbitrar uma série de normas. Conforme Castro; Cardoso (1995, p. 8): "O sistema de produção internacional passa agora a reger-se crescentemente por esquemas de contratação em que a qualidade certificada e os direitos de propriedade intelectual assumem papel de grande relevo".

Dessa forma, a reorganização produtiva para as empresas domésticas e, principalmente, para as multinacionais, tornou-se imperativa. Nesse sentido, os processos de integração regional em formação buscavam sua consolidação para uma maior inserção no comércio mundial, onde a concorrência tornara-se cada vez mais acirrada. Neste processo, áreas em fase de industrialização

seriam grandes receptáculos de investimentos para a modernização produtiva e na criação de plataformas de exportação.

O Mercado Comum do Sul surge em 1991, pelo Tratado de Assunção, entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Este Tratado visava também a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias entre os Países-Membros. Prevvia-se ainda a necessidade de implementação de políticas macroeconômicas e setoriais e a harmonização das legislações. A formação do Mercosul também está interligada com a futura criação da Alca, sob liderança dos Estados Unidos.

Os acordos definidos pelo Mercosul pretendem criar uma área de fluxos de mercadorias, serviços, capitais e mão-de-obra. Entretanto, existem problemas conjunturais de grande monta para serem resolvidos, devido ao desequilíbrio das forças produtivas entre os Países-Membros.

Mas, por maiores que sejam os problemas enfrentados para a implementação do Mercosul, é evidente que o comércio multilateral entre os países cresceu muito. Conforme Oliveira (1996, p. 263-4): "(...) a integração regional vem, de um lado, servir de alternativa para resolver os problemas de ajustes e dos pagamentos da dívida externa e, de outro, estabelecer novas regras para a região se ajustar ao comércio internacional".

Há que se considerar que a criação do Mercosul tornou o Brasil mais atrativo para os investimentos estrangeiros. Conforme Costa (s.d.) a mudança do enfoque de planejamento, considerando os chamados Corredores Bi-oceânicos (que pretende ligar o oceano Atlântico ao Pacífico), coloca em destaque toda a malha de transporte e comunicações que a integração regional entre o Brasil e os outros países do Cone Sul requer. À medida que a internacionalização da economia se amplia, elevam-se as necessidades de integração regional e continental, buscando o maior intercâmbio comercial.

A política externa brasileira tem feito esforços consideráveis nos últimos anos para se aproximar dos países vizinhos (especialmente a Argentina, antiga concorrente brasileira) e torná-los parceiros comerciais e estratégicos do ponto de vista geopolítico no continente americano.

Nesse sentido, as áreas mais desenvolvidas economicamente são aquelas em que os investimentos são mais direcionados, por contar com uma infra-estrutura já estabelecida. As regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Montevideu e Buenos Aires formariam uma ampla rede de comunicações importantíssimas para a circulação de mercadorias e pessoas.

Todavia, ao mesmo tempo em que se busca uma vasta integração física interna no Brasil, a mobilização de forças requer vultosos capitais, pois o restante do País ainda não tem a infraestrutura que as referidas regiões possuem. Dessa forma, tais planos de integração aprofundarão ainda mais a desigualdade entre as regiões.

No caso do Comércio Exterior e da Diplomacia brasileiros, os últimos governos federais em tido uma política de maior aproximação entre o Mercosul e a União Européia. Num longo processo de negociações entre seus Países-Membros, fez com que se tornasse o principal parceiro comercial do Brasil. Este bloco econômico se tornou mais importante ao final dos anos 80, quando o mundo passou por profundas transformações econômicas, políticas e sociais. Este período ficou marcado pelo fim da "bipolarização" entre Estados Unidos da América (capitalista) e URSS (socialista). Em 1989, a reunificação da Alemanha fez com que outras mudanças na configuração econômica, política, militar e social européia levasse a efeito.

Também nesse contexto de intensas transformações, no início dos anos 90, a URSS entraria em colapso. Dessa forma, seu *status* econômico passaria a ser uma economia de mercado, trazendo consigo países do leste europeu<sup>9</sup> também em processo de transformações econômicas, políticas etc.

Assim, a economia capitalista passou a ser hegemônica e o mundo conheceria novas formas de relacionamento comercial e político. A partir da década de 90 a internacionalização da economia mundial intensificou-se. Novas tecnologias foram implementadas em praticamente todos os setores produtivos.

Para garantir competitividade e crescimento econômico, a Europa ocidental, que já vinha mantendo acordos de cooperação econômica desde o final dos anos 50, implementaria o aprofundamento destes acordos, englobando um número maior de países que formariam a Comunidade Econômica Européia (CEE).

Uma característica do mundo atual é uma nova configuração econômica a partir do desenvolvimento de espaços regionais.

---

<sup>9</sup> Em quase cinquenta anos no processo de formação da União Européia, observou-se uma integração gradativa de novos membros. Reino Unido, Irlanda, Dinamarca, Grécia, Portugal, Espanha, Áustria, Suécia e Finlândia que, até 2003, formavam a chamada *Europa dos quinze*. A Comunidade Européia chegou em 2004, com vinte e cinco membros, após o maior alargamento de sua história a partir da adesão de Chipre, Estônia, Hungria, Polônia, República Checa, Eslovênia, Letônia, Lituânia, Malta e Eslováquia (SILVA, 2005).

Na América Latina, o relacionamento comercial era mais focado entre os próprios países que em bloco. Com a formação do Mercosul este quadro tem-se alterado em favor de uma maior proximidade entre diferentes blocos econômicos. Novos acordos têm sido estabelecidos visando uma futura área de livre-comércio intra-regional.

A partir de meados dos anos 90, a relação comercial entre a União Européia e a América Latina também estão se aprofundando e passando por transformações. Até a década de 80, a América Latina e a UE tinham baixos fluxos comerciais. Os interesses são mútuos, pois à União Européia interessa os grandes mercados consumidores constituídos pelo Nafta (acordo de livre comércio entre Canadá, Estados Unidos e México) e pela futura Alca que podem ampliar as trocas comerciais. Voltando-se para o Mercosul, isto pode permitir uma maior penetração também num imenso mercado consumidor e, ao mesmo tempo, diminuir o peso da influência norte-americana sobre a região.

Há ainda um forte desequilíbrio entre os produtos que são exportados do Mercosul para a União Européia. Basicamente as exportações são de produtos com baixa intensidade tecnológica, ou seja, os produtos exportados são em sua maioria, *commodities*. Também existem outros problemas que afetam as exportações do Mercosul para a União Européia como: barreiras técnicas e sanitárias, defesa comercial etc. (THORSTENSEN, 1993).

Já as importações da União Européia são de produtos que agregam maior valor. Em longo prazo, isto poderá gerar enormes *déficits* comerciais entre ambos os blocos e também por países. Ou seja, é necessário que haja cooperação não só na eliminação de barreiras comerciais, mas também acordos para a transferência tecnológica, capacitação de mão-de-obra, *joint ventures* etc., para que os desequilíbrios atuais sejam dirimidos.

Entretanto, para que o Mercosul tenha um peso considerável no comércio mundial, falta fortalecer-se e consolidar-se como um forte bloco com peso político e econômico que possa realizar as trocas comerciais em igualdade de condições com outros blocos econômicos, notadamente com a União Européia.

Para que ocorra um intercâmbio mais aprofundado entre os dois blocos econômicos é preciso que os países latino-americanos solucionem seus graves problemas econômicos e sociais, que se intensificaram, principalmente ao adotarem políticas "neoliberais", tais como a abertura comercial, a adoção do câmbio fixo e valorizado, incentivo às privatizações, o afastamento do Estado de setores produtivos e sociais etc.



Mas é preciso ressaltar que o Mercosul vem se transformando em importante parceiro. É possível que após resolver seus problemas internos do bloco como um todo (e das economias dos Países-Membros), tem muito potencial para desenvolver-se.

Mesmo com a consolidação do Mercosul e o aprofundamento das negociações com a União Européia, as empresas catarinenses ainda têm nos EUA seu principal mercado. Em 2001, Santa Catarina exportou US\$ 3 bilhões, ou seja, 5,2% do total exportado pelo Brasil, colocando o Estado em 5º lugar em termos nacionais. Os principais destinos das exportações catarinenses naquele ano foram os EUA (24%), a Argentina (8%), Alemanha (7%) e Rússia (6%) (SANTA CATARINA EM DADOS, 2002).

A tabela abaixo discrimina os principais produtos exportados para o Mercosul.

**Tabela 4**  
**Santa Catarina: principais produtos exportados para o Mercosul**

| Discriminação                                     | 2000                |              | 2001                |              | %       |
|---------------------------------------------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------|
|                                                   | Valor<br>(US\$ FOB) | %<br>s/total | Valor<br>(US\$ FOB) | %<br>s/total |         |
| Roupas de toucador/cozinha, de tecido atalhado    | 30.096.014          | 7,22         | 26.703.727          | 7,30         | - 11,27 |
| Papel/ cartão "Kraftliner", p/ cobertura          | 31.390.109          | 7,53         | 25.804.186          | 7,05         | - 17,80 |
| Carnes de suíno, congeladas                       | 28.797.454          | 6,90         | 22.432.181          | 6,13         | - 22,10 |
| Ladrilhos etc. de cerâmica, vidrados, esmaltados  | 20.709.932          | 4,97         | 17.154.152          | 4,69         | - 17,17 |
| Camisetas "t-shirts" etc. de malha de algodão     | 7.847.509           | 1,88         | 9.382.687           | 2,56         | 19,56   |
| Motocompressor hermético                          | 12.203.669          | 2,93         | 9.322.945           | 2,55         | - 23,61 |
| Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços | 13.763.295          | 3,30         | 8.413.034           | 2,30         | - 38,87 |
| Refrigeradores combinados com congeladores        | 7.324.521           | 1,76         | 8.035.804           | 2,20         | 9,71    |
| Refrigeradores de compressão, de uso doméstico    | 8.615.692           | 2,07         | 7.825.247           | 2,14         | - 9,17  |
| Acessórios moldados para tubos de ferro fundido   | 4.568.495           | 1,10         | 7.655.875           | 2,09         | 67,58   |
| Prepar. alim. Conservas, de pernas, seus pedaços  | 4.099.369           | 0,98         | 6.870.842           | 1,88         | 67,61   |
| Bananas frescas ou secas                          | 4.165.783           | 1,00         | 6.521.101           | 1,78         | 56,54   |
| Camisas de malha de algodão, uso masculino        | 4.800.717           | 1,15         | 5.669.558           | 1,55         | 18,10   |
| Motor elétrico corr. Altern. Trifásico            | 6.088.429           | 1,46         | 5.345.940           | 1,46         | - 12,20 |
| Veículos automóveis para transporte > 10 pessoas  | 2.717.936           | 0,65         | 4.580.451           | 1,25         | 68,53   |
| Outros                                            | 229.913.408         | 55,12        | 194.268.790         | 53,08        | - 15,50 |
| Total das exportações de SC p/ Mercosul           | 417.102.332         | 100,00       | 365.986.520         | 100,00       | - 12,25 |

Fonte: MDIC/SECEX. In: Santa Catarina em Dados (2002, p. 50).

Os dados indicam que os principais produtos exportados eram ligados a bens de consumo simples, tendo baixo valor agregado. Ressalte-se também a crise argentina a partir de 2000 que reduziu drasticamente as exportações para aquele país. De qualquer forma, é necessário tornar os produtos exportados mais competitivos e aumentar o valor agregado destes.

Como base comparativa, a tabela 5 mostra como estão distribuídas as exportações catarinenses para outros blocos econômicos, enquanto a tabela 6 indica as importações. Observa-se que a União Européia se mantinha como principal parceiro comercial.

**Tabela 5**  
**Exportações catarinenses para blocos econômicos**

| Discriminação               | 2000                |         | 2001                |         | %<br>2000/2001 |
|-----------------------------|---------------------|---------|---------------------|---------|----------------|
|                             | Valor<br>(US\$ FOB) | Part. % | Valor<br>(US\$ FOB) | Part. % |                |
| Nafta                       | 769.760.301         | 28,39   | 826.288.590         | 27,28   | 7,34           |
| União Européia              | 727.544.103         | 26,83   | 813.440.988         | 26,86   | 11,81          |
| Mercosul                    | 417.102.332         | 15,38   | 365.986.520         | 12,09   | - 12,25        |
| Tigres Asiáticos            | 93.731.425          | 3,46    | 90.832.999          | 3,00    | - 3,09         |
| Total dos Blocos Econômicos | 2.008.138.161       | 74,05   | 2.096.549.097       | 69,23   | 4,40           |
| Demais Países               | 703.564.713         | 25,95   | 931.849.559         | 30,77   | 32,45          |
| Exportações Globais         | 2.711.702.874       | 100,00  | 3.028.398.656       | 100,00  | 11,68          |

Fonte: MDIC/SECEX. In: Santa Catarina em Dados (2002, p. 55).

Apesar dos dados apresentados relativos às exportações serem animadores, a economia catarinense direciona a maior parte de sua produção ao mercado interno (18% para o próprio Estado e 56% para os demais Estados, somando 74%), enquanto para o exterior é de 26% (SANTA CATARINA EM DADOS, 2002, p. 87).

As informações mostradas permitem concluir que mesmo tendo uma grande dinamicidade produtiva (indústria e agropecuária) é preciso realizar investimentos para tornar a economia catarinense mais competitiva. Isto se torna mais premente considerando a defasagem tecnológica encontrada na economia brasileira (e catarinense), além de gargalos infra-estruturais, notadamente o setor de transportes (rodovias, ferrovias, aeroportos e portos).

Para isto, deve-se criar instrumentos visando o desenvolvimento equilibrado entre as distintas regiões do Brasil e suas articulações com o restante do sub-continente sul-americano. Portanto, os planos estratégicos atuais ainda mantêm a dependência de áreas não industrializadas do país em relação às regiões mais industrializadas do centro-sul, que se internacionalizaram com a maior intensificação dos investimentos.

## **Considerações Finais**

Entre os anos 30 a 80, a participação do Estado brasileiro durante o processo de formação de seu parque produtivo foi de fundamental importância. Diferentemente do que ocorreu em passado recente, desde o início dos anos 90, estudiosos, empresários, autoridades, políticos etc. que defendem as teorias "neoliberais" apregoam que já não é mais possível o Estado ser o executor de obras que alavancariam o desenvolvimento industrial e econômico, devido a sua baixa capacidade de investimentos. Estes, portanto, devem ser realizados a partir da iniciativa privada que definiria onde seriam alocados os seus recursos.

Com a maior internacionalização econômica e o aprofundamento da integração regional sul-americana (e, futuramente, do continente), torna-se imperioso para as empresas poderem contar com uma infra-estrutura que facilite a circulação de mercadorias e pessoas. Sendo assim, os Planos de Desenvolvimento implementados pelo governo brasileiro desde 1997, se fundamentam em estabelecer uma malha rodo-hidro-ferroviária, ampliação e modernização dos portos, aeroportos etc. de acordo com as necessidades do grande capital privado internacional e nacional.

Dessa forma, a política interna de desenvolvimento pode ficar comprometida, pois os interesses privados nem sempre se coadunam com as necessidades das diferentes regiões e populações distribuídas pelo território nacional e sul-americano.

Isto pode ser verificado a partir da economia catarinense. Esta tem grande diversidade produtiva, criando inclusive, condições para exportações. No entanto, no Estado, é possível verificar grandes disparidades regionais e sociais. Para que a economia catarinense possa se tornar mais competitiva é necessário investimentos em setores considerados estrangulados como em infra-estrutura de transportes, saneamento básico (que auxiliaria o setor turístico, por exemplo), além de aumentar a capacidade de consumo interno. É necessário também reduzir as disparidades regionais, sendo o Norte/Nordeste do Estado as regiões que mais concentram atividades produtivas, enquanto outras regiões contribuem bem menos para a geração de recursos estaduais.

Dessa forma, a articulação em âmbito estadual e federal pode oferecer à economia catarinense as bases para o seu crescimento econômico, considerando, entre outros fatores, a proximidade com países integrantes do Mercosul, além de aumentar a oferta de empregos.

## Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, M. de F. I. Mapa da estrutura industrial e comercial do estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 13, n. 1-2, pp. 40-52, jan.-jun. 1999.
- ARAÚJO JUNIOR, A. M. de. **A indústria de bens de capital no estado de São Paulo**: da gênese aos problemas atuais. 2003. 272p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- AZZONI, C. R. **Teoria da localização**: uma análise crítica – a experiência de empresas instaladas no estado de São Paulo. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982. 200p.
- BATISTA JÚNIOR, P. N. **Retomada do crescimento?** Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br>>. Acesso em: 25 ago. 2001.
- CAIADO, A. S. C. Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 10, n. 2, abr.-jun. 1996.
- CASTRO, A. A. de; CARDOSO, F. J. Dinâmicas e espaços de integração. In: **A integração aberta**: um projecto da União Europeia e do Mercosul. Lisboa: IEEI, 20p., julho de 1995 .
- COSTA, W. M. da.. **Políticas Territoriais brasileiras no contexto da integração sul-americana**. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 19p., mimeo., [s.d.].
- FATOS e Números. São Paulo, **Ed. Abril**, 2004, 97p.
- FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em Dados**. Florianópolis: FIESC, 2002, 97p.
- FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados (SP). **Espacialização da indústria paulista**. São Paulo, v. 4, nov. 1990 (Coleção Economia Paulista).
- GLOBALIZAÇÃO aumenta desigualdade, diz ONU. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Folha Dinheiro, p. B1, 25 fev. 2004.
- GONÇALVES, R. *et al.* **A nova economia internacional**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- GORENDER, J. Globalização, revolução tecnológica e relações de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, set. 1996.
- GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- GUIMARÃES, S. P. **Quinhentos anos de periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da Universidade/UFRGS/Contraponto, 1999.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Vozes, 1998.

KON, A. **Economia industrial**. São Paulo, Nobel, 1994.

LIST, G. F. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, n.3, v. 27, p. 389-481, jul.-set. 1965.

\_\_\_\_\_. Indústria. In: GAPLAN. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis, 1986. 173 p.

NASCIMENTO, B. H. **O Desenvolvimento no Sistema Nacional de Economia Política de Frederico List**. São Paulo: Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História das Empresas, 02 a 05 set. 2001.

NEGRI, B. A indústria de transformação do Estado de São Paulo (1970-89). In: **São Paulo no limiar do século XXI**: diagnósticos setoriais da economia paulista (setores de indústria e de serviços). São Paulo: (Estado), Secretaria de Planejamento e Gestão, 1992, p. 15-79 e 186.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.

RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC; Blumenau: Ed. da Furb, 1999.

SANTOS, M. **Por uma economia política na cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, K. de S. **Direito da Comunidade Européia**: Fontes, Princípios e Procedimentos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

THORSTENSEN, V. **Comunidade Européia**: líder do comércio internacional. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

VIEIRA, M. G. E. de D.; PEREIRA, R. M. F. do A. **Formações Sócio-Espaciais Catarinenses**: notas preliminares. In: Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.